

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia, maiores informações estão apresentadas na Nota 20.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos períodos. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 18 de março de 2016, data de aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração, e aqueles identificados estão apresentados na Nota 19.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Os investimentos, com influência significativa, são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	2015	2014
- ANTARES	100,00	100,00
- BRUMADO	100,00	100,00
- MILLENNIUM	100,00	100,00

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da VALEPAR. A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8; e

- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Quando esses títulos são alienados ou sofrerem redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, registrados no patrimônio líquido, são reconhecidos no resultado como receitas e despesas financeiras, pela alienação ou outras despesas pelo registro do valor recuperável (*impairment*). Nesta categoria, encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), as quais possuem direitos no recebimento de dividendos, registrados como “Receitas Operacionais”, quando do seu recebimento.

f) Investimentos

As participações nos investimentos em controladas e investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável – *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

i. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo financeiro exceder o seu valor recuperável.

Os critérios, que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Uma provável situação em que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda por *impairment* anteriormente reconhecida deverá ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida no resultado.

ii. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo

do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos incorrem perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não houve perda por *impairment*.

h) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria, encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015:

- Não houve normas, alterações e interpretações de normas contábeis relevantes aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados; e
- IFRS 16 – Leasing – As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) requer que em todas as operações de arrendamento mercantil o reconhecimento da despesa ocorra pelos juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando o mesmo procedimento do atual leasing financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos, diretos e indiretos, decorrente da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e investimentos com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	31	18	1.628	1.127
Fundos de investimento financeiro	32.527	75.029	376.349	310.876
TOTAL	32.558	75.047	377.977	312.003

8. RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe “C” emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;
- São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e
- Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe “C”, permanecendo com 16.137.193 ações.

Em 2014 a sua controladora indireta BRUMADO, recebeu da VALEPAR, o montante de R\$ 507.283 e R\$ 104.219, relativo ao resgate parcial e juros sobre 8.746.256 ações preferenciais resgatáveis, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, a BRADESPAR, através de sua controlada indireta BRUMADO, possuía 5.174.863 ações resgatáveis classe “C”, que correspondiam a R\$ 300.142 e juros a receber no montante de R\$ 7.698, registrados no Ativo Circulante.

Em 2015, a sua controladora indireta BRUMADO, recebeu da VALEPAR, o montante de R\$ 300.142 e R\$ 34.206, relativo ao resgate total e juros sobre 5.174.863 ações preferenciais resgatáveis, respectivamente.

9. INVESTIMENTOS

- Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de “Resultado de Equivalência Patrimonial” e corresponderam, na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ao resultado negativo de R\$ 2.422.100 (2014 – resultado positivo de R\$ 53.626) e no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ao resultado negativo de R\$ 2.474.895 (2014 – resultado negativo de R\$ 69.741).
- As participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações ON Possuídas (em mil)	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
							2015	2014	2015	2014
ANTARES (3)	327.000	909.005	52.795	-	322.700	100,000	909.005	1.076.277	52.795	123.367
VALEPAR (2) (3) (4)	14.132.725	47.881.176	(14.337.161)	275.966	-	17,442	8.351.458	8.522.846	(2.474.895)	(69.741)
Total							9.260.463	9.599.123	(2.422.100)	53.626

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Investimento com influência significativa garantida por Acordo de Acionistas;

(3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2015 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR; e

(4) Maiores Informações na Nota 20.

c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado

Empresa	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	2015	2014	2015	2014
- VALEPAR	5.008.423	7.212.094	(2.474.895)	(69.741)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2)	3.343.035	1.310.752	-	-
Total	8.351.458	8.522.846	(2.474.895)	(69.741)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela controlada VALE S.A.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou a sexta emissão pública de 126.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.260.000, com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Os recursos, obtidos por meio da emissão das debêntures, foram destinados para a quitação integral relativas às debêntures da série única da 5ª (quinta) emissão, cujo vencimento, também, ocorreu em 6 de julho de 2015.

A Companhia poderá realizar a amortização parcial das debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, desde que tal amortização contemple de forma proporcional todas as debêntures da série. A amortização parcial está limitada a 90% do valor nominal unitário.

A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo. Na hipótese de resgate antecipado, a Companhia deverá pagar aos debenturistas percentual adicional de 0,03%, a título de prêmio, incidente sobre o valor nominal ou o saldo do valor nominal das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo atualizado de debêntures a pagar correspondia a R\$ 1.347.692 (2014 – R\$ 1.165.109)

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 10.827 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 10.365): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) – R\$ 2.346 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.246): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado correspondia a R\$ 24.587 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 27.273).

No saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 5.993 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 5.365) está relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

II) Obrigações legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante às boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS – R\$ 11.813 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 11.267): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, de novembro de 2001 até janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

III) Movimentação das provisões e obrigações legais

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do período	38.590	327.664
Constituições líquidas de reversões ⁽¹⁾	(4.145)	(26.936)
Atualização monetária	1.955	15.619
Pagamentos ⁽¹⁾	-	(277.757)
Saldo no final do período	36.400	38.590

⁽¹⁾ Em 2014, inclui basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

A BRADESPAR não tem processos classificados como de risco provável.

A BRADESPAR figura, juntamente com a Litel Participações S.A. (LITEL), no polo passivo de uma execução de sentença arbitral proposta em outubro de 2014, pela Elétron S.A. (ELÉTRON), que tramita perante a 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Referida sentença arbitral é objeto de Ações Anulatórias em andamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na execução, a ELÉTRON postulou a entrega de 37.500.000 ações ordinárias de emissão da Valepar, mediante o pagamento do preço definido na sentença arbitral objeto da execução.

Após as impugnações apresentadas pela BRADESPAR e pela LITEL, a ELÉTRON pediu, em 04 de março de 2015, e obteve deferimento, a conversão da execução em pagamento por perdas e danos. Sobre essa conversão houve recurso ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), que manteve a conversão da execução, porém determinou a apuração do valor das perdas e danos por meio de perícia, que ainda não se iniciou. A BRADESPAR e a LITEL apresentaram recurso ao STJ, contra a decisão do TJ/RJ.

Ainda com base na mencionada sentença arbitral, a ELÉTRON propôs, em outubro de 2015, nova arbitragem contra a BRADESPAR e a LITEL, reclamando indenização por danos que alega ter sofrido em decorrência da oscilação do preço das ações pleiteadas. Essa nova arbitragem está na fase inicial de formação do quadro de árbitros.

A partir da análise dos processos arbitrais e judiciais acima referidos, os assessores jurídicos da BRADESPAR consideram serem boas as chances de anulação da decisão arbitral, ou a comprovação da inexistência de perdas a serem indenizadas.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2015, correspondia a R\$ 233.308 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 216.854), sendo R\$ 171.840 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2014 – R\$ 159.721) e R\$ 61.468 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2014 – R\$ 57.133), consideramos ser possível a chance de êxito da BRADESPAR.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2015	2014
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Subtotal	349.547.945	349.547.945
Em tesouraria (ordinárias)	(351.600)	-
Em tesouraria (preferenciais)	(1.162.300)	-
Total em circulação	348.034.045	349.547.945

b) Reservas de Lucros

	2015	2014
Reserva Legal (i)	20.200	259.956
Reserva Estatutária (ii)	-	2.698.781
Total	20.200	2.958.737

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em 2015, foi realizado: (i) Reservas de Lucros-Estatutária o montante de R\$ 2.698.781, sendo R\$ 348.236 referente pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, e R\$ 2.350.545 absorção de prejuízos acumulados, e (ii) Reservas de Lucros-Legal foi realizado o montante de R\$ 239.756, relativo a absorção de prejuízos acumulados.

c) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração de 3 de agosto de 2015, deliberou-se a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, mantendo as mesmas quantidades, sem redução do capital social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 24.800.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 2.600.000 ordinárias e 22.200.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

A autorização tem por objetivo a aplicação de recursos existentes em “Reserva de Lucros – Estatutária”, disponíveis para investimentos.

Em reunião do Conselho de Administração de 5 de agosto de 2015, deliberou-se a redução da quantidade de ações a serem adquiridas para até 23.100.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo o valor até 2.200.000 ordinárias e 20.900.000 preferenciais, visando a adequá-la às disposições do Artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80.

Até 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 351.600 ações ordinárias e 1.162.300 ações preferenciais, no montante de R\$ 20.310 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,35, R\$ 11,57 e R\$ 12,68, e por ação PN é de R\$ 13,44, R\$ 13,97 e R\$ 14,38, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 4,44 por ação ON e R\$ 4,99 por ação PN.

d) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que, somados, correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR passou a adotar, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anuncia, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar norte americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro;
- Os valores aprovados são convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), do dia útil anterior ao da

realização das reuniões do Conselho de Administração, que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações; e

- A Diretoria poderá ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Companhia, a declaração e pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

O Conselho de Administração da Bradespar, em reunião realizada em 24 de abril de 2015, aprovou proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas da Companhia, da 1ª parcela da remuneração anual mínima, no valor de US\$ 70.000, que corresponde ao montante de R\$ 210.588, considerando a cotação do dólar de venda, divulgado pelo Bacen, em 23 de abril de 2015, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 129.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,348065118 (R\$ 0,295855350 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,382871631 (R\$ 0,325440886 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 81.588, sendo R\$ 0,220139045 por ação ordinária e R\$ 0,242152951 por ação preferencial.

Os pagamentos foram efetuados em 15 de maio de 2015, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 24 de abril de 2015.

O Conselho de Administração da Bradespar, em reunião realizada em 30 de outubro de 2015, aprovou proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas da Companhia, da 2ª parcela da remuneração anual mínima, no valor de US\$ 35.000, que corresponde ao montante R\$ 137.648, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Bacen, em 29 de outubro de 2015, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 137.648, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,371398972 (R\$ 0,315689126 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,408538870 (R\$ 0,347258040 líquido do imposto de renda na fonte).

Os pagamentos foram efetuados em 13 de novembro de 2015, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 30 de outubro de 2015.

Foram pagos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,827400	0,910140	308.000	46.200	261.800
Dividendos Intermediários pagos	0,732168	0,805385	272.550	-	272.550
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2014	1,559568	1,715525	580.550	46.200	534.350
Juros sobre capital próprio pagos	0,719464	0,791411	266.648	39.997	226.651
Dividendos Intermediários pagos	0,220139	0,242152	81.588	-	81.588
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2015	0,939603	1,033563	348.236	39.997	308.239

13. TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I) Controladora

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 160.457 (2014 - R\$ 179.095), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(2.590.301)	(32.893)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	880.702	11.184
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas e investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	(823.514)	18.233
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(650)	19.028
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(56.338)	(131.653)
Juros sobre o capital próprio pagos	90.661	104.720
Créditos tributários e outros ⁽¹⁾	(90.861)	112.864
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	134.376

(1) Em 2014, créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2015, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 471.779 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 380.523), os quais não apresentam perspectivas de realização para sua ativação.

II) Consolidado

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 167.268 (2014 - R\$ 187.192), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.
- b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(2.577.557)	(29.314)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	876.369	9.967
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	(841.464)	(23.712)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	8.442	40.640
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(56.338)	(131.653)
Dividendos	-	17.679
Juros sobre o capital próprio pagos	90.661	104.720
Créditos tributários e outros ⁽¹⁾	(90.414)	113.156
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(12.744)	130.797

(1) Em 2014, créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2015, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 509.903 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 418.772), os quais não apresentam perspectivas de realização para sua ativação.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	4.671	21.593	42.125	32.759
Juros selic sobre impostos a recuperar	15.838	11.774	16.153	12.046
Outras	6.514	3.118	7.193	3.353
	27.023	36.485	65.471	48.158
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	(164.404)	(119.341)	(164.404)	(119.341)
Juros selic sobre provisões de obrigações fiscais	(1.927)	(15.619)	(1.942)	(15.619)
Outras	(2.190)	-	(169)	(107)
	(168.521)	(134.960)	(166.515)	(135.067)
Resultado Financeiro Líquido	(141.498)	(98.475)	(101.044)	(86.909)

15. PARTES RELACIONADAS

- I) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) BRADESPAR

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Juros de ações resgatáveis, dividendos e juros sobre o capital próprio:				
- VALEPAR	-	329.131	165.699	414.432
- ANTARES	-	1.172	-	-
Outras Obrigações:				
- BRUMADO ⁽¹⁾	(127.542)	-	(2.190)	-

(1) Nota 18b.

b) ANTARES

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Dividendos:				
- BRUMADO	-	1.010	-	-
- BRADESPAR	-	(1.172)	-	-

c) BRUMADO

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Juros de ações resgatáveis e dividendos:				
- VALEPAR	-	7.698	26.508	56.778
- ANTARES	-	(1.010)	-	-
Ações resgatáveis:				
- VALEPAR	-	300.142	-	-
Valores a Receber:				
- BRADESPAR ⁽¹⁾	127.542	-	2.190	-

(1) Nota 18b.

d) VALEPAR

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Juros de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- BRADESPAR	-	(329.131)	(165.699)	(414.432)
- BRUMADO	-	(7.698)	(26.508)	(56.778)
Ações resgatáveis:				
- BRUMADO	-	(300.142)	-	-

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.000 para remuneração dos Administradores (2014 – R\$ 5.200) e o limite de R\$ 2.000 para previdência privada.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Proventos	2.000	3.240
Contribuição ao INSS	400	648
Total	2.400	3.888

Obrigações de aposentadoria

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.072	-

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
• Ações Ordinárias	0,3599%	0,6936%
• Ações Preferenciais	0,4408%	0,5690%
• Total de Ações	0,4124%	0,6127%

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	32.558	-	32.558	377.977	-	377.977
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	791.734	791.734
Total dos Ativos	32.558	-	32.558	377.977	791.734	1.169.711

	Em 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.347.692	-	1.347.692	1.347.692	-	1.347.692
Outras obrigações	25.723	-	25.723	25.723	-	25.723
Total dos Passivos	1.373.415	-	1.373.415	1.373.415	-	1.373.415

	Em 31 de dezembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	75.047	-	75.047	312.003	-	312.003
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	307.840	-	307.840
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	934.518	934.518
Total dos Ativos	75.047	-	75.047	619.843	934.518	1.554.361

	Em 31 de dezembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.165.109	-	1.165.109	1.165.109	-	1.165.109
Outras obrigações	25.690	-	25.690	25.690	-	25.690
Total dos Passivos	1.190.799	-	1.190.799	1.190.799	-	1.190.799

a) Ativos financeiros

O principal ativo financeiro, registrado em contas patrimoniais, refere-se aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 791.734 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 934.518) e mais valia no valor de R\$ 718.589 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 861.373). Os investimentos na CPFL Energia são classificados em títulos disponíveis para venda pelo valor justo, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

Demonstramos a seguir o fluxo de caixa contratual a pagar, não descontado, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, demonstrado pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Debêntures a pagar	-	1.911.104	1.911.104
Em 31 de dezembro de 2014			
Debêntures a pagar	1.234.881	-	1.234.881

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(21)	(7.857)	(15.412)	(35)	(10.316)	(20.235)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(7.917)	(197.933)	(395.867)	(9.345)	(233.629)	(467.259)
Total sem Correlação		(7.938)	(205.790)	(411.279)	(9.380)	(243.945)	(487.494)
Total com Correlação		(7.928)	(202.197)	(404.226)	(9.351)	(235.780)	(471.465)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,87% foi aplicado um cenário de 15,88%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,87% foi utilizado um cenário de 19,83%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,87% foi utilizado um cenário de 23,80%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

17. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem os títulos disponíveis para venda negociados em um mercado ativo;

Nível 2: Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2, que não derivam de uma cotação pública direta, incluem as debêntures e suas valorizações considerando o risco de crédito, que não necessitam de premissas internas subjetivas na determinação do valor justo; e

Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2015	
	Consolidado ⁽¹⁾	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	791.734	791.734
Total dos Ativos	791.734	791.734

	Em 31 de dezembro de 2014	
	Consolidado ⁽¹⁾	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	934.518	934.518
Total dos Ativos	934.518	934.518

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os saldos dos Valores a Receber, em 31 de dezembro de 2014, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 330.303 e R\$ 329.131, respectivamente, referem-se, aos juros sobre o capital próprio da VALEPAR recebidos em 2015;
- No Passivo Circulante as Outras Obrigações na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 26.787 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 27.249) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas; e no Passivo não Circulante as Outras Obrigações na Controladora, refere-se ao contrato de mútuo firmado com sua controlada indireta BRUMADO, no valor de R\$ 127.542, com vencimento para 30 de março de 2018, acrescidos da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, da data da retirada até a data do pagamento. A Companhia, a seu critério, poderá antecipar total ou parcialmente a liquidação, sem prejuízo das condições estabelecidas;
- Em 31 de dezembro de 2015, não houve recebimento de dividendos da CPFL Energia (31 de dezembro de 2014 - R\$ 51.998);
- Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se à Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 3.691 (2014 – R\$ 4.212) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 4.585 (2014 – R\$ 3.174). No Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 3.691 (2014 – R\$ 4.212) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 4.885 (2014 – R\$ 3.241);

- e) Em 31 de dezembro de 2014, Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas, refere-se, basicamente, a reversão de provisão de obrigações fiscais, objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), para quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14); e
- f) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426, que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em comunicado divulgado ao mercado em 26 de fevereiro de 2016, a BRADESPAR, em atendimento ao disposto na sua “Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima”, deliberou submeter ao Conselho de Administração, proposta de remuneração mínima igual a zero para o ano de 2016, devido à volatilidade do mercado, que vem impactando diretamente o resultado de suas investidas. Com isso, a Administração está reavaliando a Política em vigor para torná-la compatível ao atual cenário de mercado, preservando os direitos econômicos assegurados pelo seu estatuto social.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS INVESTIMENTOS COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado divulgado pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL				
	VALE ⁽¹⁾		VALEPAR	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO				
Circulante	60.417.700	53.744.764	11.118	8.095
Não Circulante:				
Realizável a Longo Prazo	41.601.648	19.071.659	2.679.243	2.433.875
Investimentos	11.481.466	10.977.902	47.275.894	52.416.909
Imobilizado	211.259.131	207.507.063	-	-
Intangível	20.789.490	18.114.144		-
TOTAL	345.549.435	309.415.532	49.966.255	54.858.879
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	41.182.018	28.513.757	2.705	3.034.221
Não Circulante	164.947.827	131.300.152	2.082.374	2.614.566
Patrimônio Líquido	139.419.590	149.601.623	47.881.176	49.210.092
TOTAL	345.549.435	309.415.532	49.966.255	54.858.879
Participação - Direta e Indireta	5,88%	5,88%	17,44%	17,44%

⁽¹⁾ Informações Consolidadas dos exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	VALE		VALEPAR	
	2015	2014	2015	2014
Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços	85.499.184	88.274.564	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(68.657.734)	(59.085.904)	-	-
Resultado Bruto	16.841.450	29.188.660	-	-
Receitas/(Despesas) Operacionais	(43.672.139)	(12.757.743)	537.725	(253.808)
Resultado Financeiro Líquido	(36.538.435)	(14.753.163)	58.952	(349.028)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.506.450)	1.141.681	(14.900.259)	321.644
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(64.875.574)	2.819.435	(14.303.582)	(281.192)
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.878.952	(2.599.847)	(33.579)	(118.652)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(45.996.622)	219.588	(14.337.161)	(399.844)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(44.212.187)	954.384	-	-
Atribuído a Sócios Não Controladores	(1.784.435)	(734.796)	-	-

Em 2015, o prejuízo da VALE decorreu, principalmente, por:

- *Impairment* de ativos no montante de R\$ 34,5 bilhões (2014 – R\$ 2,7 bilhões), basicamente, nos segmentos de níquel, carvão e minério de ferro; e
- *Impairment* de investimentos em coligadas e *joint ventures*, no valor de R\$ 1,7 bilhão, nos investimentos da Samarco Mineração S.A. e Teal Minerais Inc.

Em relação ao investimento da VALE na Samarco, os efeitos contábeis são:

	Consolidado
	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.418
Resultado de participações societárias no resultado	(533)
Dividendos recebidos	(459)
Royalties declarados/recebidos	84
Redução ao valor recuperável de ativos	(510)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-

E conforme divulgado pela VALE, segundo a legislação brasileira e os termos do acordo da joint venture, a VALE não tem a obrigação de prover recursos a Samarco. Adicionalmente, a VALE não recebeu nenhum pedido de assistência financeira da Samarco. Como consequência, o investimento da VALE na Samarco foi reduzido para zero e nenhum passivo foi registrado nas demonstrações contábeis da Vale. O impacto contábil de qualquer pedido de assistência financeira será determinado quando este ocorrer.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desta forma, informações detalhadas sobre essa Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser obtidas diretamente junto à CVM, através do site www.cvm.gov.br.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

Marcelo Gasparino da Silva

Diretoria

Diretor-Presidente

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira

João Batista de Moraes

Marcos Antônio Martins

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

Suplentes

Clayton Neves Xavier

Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Vicente Carmo Santo

Mário Alves Pedroza Neto

Mário Luna

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0